

3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo na Apelação nº 297944-6

Agravante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A

Agravado: José Arimatea de Lima Silva

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

Rel. Subst.: Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

ACÓRDÃO

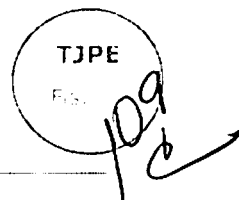
EMENTA: AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO – ALEGAÇÃO DE DESNECESSIDADE DE RECEBIMENTO PESSOAL DA NOTIFICAÇÃO PELO DEVEDOR PARA COMPROVAÇÃO DA MORA - MESMOS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELO AGRAVANTE NA APELAÇÃO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

1. O Agravante tenta desconstituir a decisão terminativa vergastada renovando os mesmos argumentos suscitados no recurso de Apelação.
2. In casu, o Cartório de Títulos e Documentos responsável pela notificação, certificou apenas que foi registrada e expedida ao destinatário a correspondência, inexistindo nos autos comprovação de que ela teria sido efetivamente entregue no endereço do devedor (fl. 55).
3. A notificação extrajudicial endereçada ao apelado não se perfectibilizou, pois não há comprovação de que foi efetivamente entregue no domicílio do devedor, de modo que inservível para aparelhar a medida acautelatória da busca e apreensão.
5. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.
6. Recurso improvido à unanimidade de votos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº. 297944-6, em que figura como Agravante Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A e, como Agravado, José Arimatea de Lima Silva, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Recife, 21.03.2013

Virgínia Gondim
Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta



3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação nº 297944-6

Agravante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A

Agravado: José Arimatea de Lima Silva

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

Rel. Subst.: Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo Legal interposto em face de decisão que negou seguimento à Apelação (fls. 93/94), sob o fundamento de que a notificação extrajudicial endereçada ao agravado não se perfectibilizou, pois não há comprovação nos autos de que foi efetivamente entregue no domicílio do devedor, de modo que inservível para aparelhar a medida acautelatória da busca e apreensão.

Nas razões recursais, o Recorrente reitera os argumentos invocados no recurso de Apelação a fim de obter a reforma da decisão terminativa proferida pelo relator, insistindo no argumento de que é dispensável o recebimento pessoal da notificação pelo devedor para comprovação da mora, uma vez que o Decreto-Lei 911/69 não exige a assinatura de próprio punho do alienante na comprovação de recebimento da carta notificatória, ao contrário, evidencia que a mora pode ser comprovada por este meio e decorre de simples vencimento do prazo para pagamento.

Por fim, pugna pela reforma da decisão ora agravada para, em juízo de retratação, dar seguimento à Apelação e, no mérito, dar provimento ao recurso para prosseguimento da Ação de Busca e Apreensão.

Essas são, em síntese, as alegações da Recorrente e, como não foi exercido o Juízo de retratação, trago em mesa o feito para julgamento por este Colegiado.

É o relatório.

Recife, 21 de março de 2013.

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta

3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação nº 297944-6

Agravante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A

Agravado: José Arimatea de Lima Silva

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

Rel. Subst.: Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

VOTO

Da leitura do Agravo em epígrafe vê-se que os argumentos utilizados pelo Agravante para requerer a reforma da decisão terminativa mencionada não merecem prosperar.

O Agravante tenta desconstituir a decisão terminativa vergastada renovando os mesmos argumentos suscitados no recurso de Apelação.

Trago à colação o inteiro teor desta decisão terminativa agravada a fim de, evitando tautologia acerca da matéria, adotar integralmente os fundamentos ali inseridos, vejamos:

“Trata-se de Apelação Cível em face da sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Olinda/PE (fl. 63/66), que extinguiu o feito sem julgamento do mérito, com apoio nos artigos 267, I e 284, parágrafo único, ambos do CPC, mormente pelo fato de ter determinado a intimação da instituição financeira para emendar a inicial da Ação de Busca e Apreensão trazendo aos autos documento que comprove a efetiva notificação extrajudicial do requerido, sob pena de indeferimento da petição inicial (fl. 58).

Nos fundamentos de sua decisão, o magistrado a quo defendeu ser indispensável a comprovação da entrega da notificação no endereço do devedor - ainda que não a ele, pessoalmente - sendo insuficiente a prova da expedição ou postagem de missiva notificatória (fl. 64).

Nas razões recursais, aduziu o Apelante que o Dec. Lei 911/69 apenas exige a expedição da notificação extrajudicial ao devedor - o que foi feito, in casu -, entendendo ser dispensável o recebimento pessoal da notificação, com a assinatura de próprio punho do devedor.

Pede, assim, o provimento do recurso para que seja anulada a sentença a quo, considerando valia a notificação realizada e o consequente prosseguimento da ação.

Sem contrarrazões, considerando que o réu sequer foi citado.

É o breve relatório. Decido.

YPR

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. MORA. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. - Na alienação fiduciária, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do domicílio do devedor. Agravo Regimental improvido. (STJ. AgRg no REsp nº 1.182.004/RS, Rel. Sidnei Beneti, 3ª Turma, DJe 07/05/2010).

Dessa forma, apesar de não ser necessária a notificação pessoal do devedor, também não pode ser considerada válida a notificação extrajudicial apresentada pelo apelante, já que nela não foi certificada a efetiva entrega da correspondência no endereço indicado no contrato.

Ante o exposto, com fulcro do art. 557, caput, do CPC, nego provimento ao presente recurso, porquanto manifestamente improcedente e em confronto com a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Recife, 27 de fevereiro de 2013.

Desembargador Bartolomeu Bueno

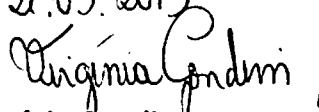
Relator"

Frise-se, por oportuno, que a questão posta em discussão diz respeito à **ausência de comprovação da entrega da notificação extrajudicial no endereço do devedor**, e não o fato de ser dispensável o recebimento pessoal da notificação pelo devedor para comprovação da mora, posto que tal entendimento é pacífico na jurisprudência, conforme se verifica nos arrestos colacionados na decisão agravada.

Face ao exposto, mantenho por seus próprios fundamentos a decisão terminativa proferida na Apelação, razão pela qual **NEGO PROVIMENTO** a este recurso.

É como voto.

Recife,

21.03.2013


Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta